



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

A Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) da Prefeitura do Município de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, através da Comissão Permanente de Credenciamento, instituída através da Portaria nº 068/2026 de 28 de abril de 2026, torna público que se encontra aberto, nesta unidade, o Chamamento Público com o objetivo a contratação de serviços especializados em consultas, exames e procedimentos oftalmológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Araruama/RJ.

Os Credenciamentos deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1 Com fulcro nos artigos 78 e 79 da Lei 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.878 de 09 de Janeiro de 2024, o credenciamento é um procedimento auxiliar, sendo um processo administrativo de chamamento público em que o órgão ou a entidade credenciante convoca, por meio de edital, interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados, bem como, as demais definições correspondentes ao art 2º, do decreto federal que regulamenta o art. 79 da lei 14.133/21.

1.2 A presente contratação adotará como regime de execução, por meio de credenciamento, nos termos do Termo de Referência, após a assinatura do instrumento contratual.

2. OBJETO

O presente edital tem por objeto o Chamamento Público com o objetivo a contratação de serviços especializados em consultas, exames e procedimentos oftalmológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Araruama/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3.1 A documentação deverá ser entregue, durante a vigência do presente credenciamento, na Comissão Permanente de Licitação, na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087 - Araruama/RJ, das 09 às 18 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Araruama ou Nacionais, ou através do seguinte email: licitacao@araruama.rj.gov.br;

3.2 O presente credenciamento será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas pelo período de 10 (dez) dias úteis estará e vigente a contar da sua publicação até o dia **13 de maio de 2026**.

3.2.1 Durante a vigência do credenciamento, o edital ficará permanentemente disponível para acesso pelos interessados, de modo a viabilizar o constante cadastramento de novos interessados, respeitado o limite total estimado para a contratação;

3.3 O Edital se encontra disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/> podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa na Comissão de Licitação, situada no Paço da Prefeitura Municipal, na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087;

3.4 As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas por meio eletrônico na internet, no site da Prefeitura: <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>. Se houver necessidade de alterações nas regras e condições, deverá ser providenciado novo credenciamento de todos os



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23104/2025

Ass.: _____ Fls. 2

interessados, com a publicação de novo edital pelas mesmas vias;

3.5 Caberá à Comissão de Contratação avaliar a documentação dos postulantes ao credenciamento (Envelopes nº 01 e 02), conforme exigências contidas neste instrumento convocatório;

3.6 O resultado do julgamento da documentação será publicado no Diário Oficial do Município e no sítio oficial da Prefeitura.

3.6.1 Da decisão de habilitação/inabilitação caberá recurso, nos termos do item 12 deste edital.

3.7 Caberá à Comissão de Contratação responder as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais participantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados por qualquer das formas previstas neste Edital.

3.7.1 As solicitações de esclarecimentos ou impugnações ao edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Araruama ou Nacionais ou através do seguinte email: licitacao@araruama.rj.gov.br.

3.8 Caberá à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEDUC)** indicar a comissão fiscalizadora do contrato para acompanhamento do termo de credenciamento, após assinatura.

3.9 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

3.10 A comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista poderá ser efetuada mediante apresentação das competentes certidões positivas com efeito de negativas ou da comprovação de uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito que consta no art. 151 do CTN.

3.11 Os documentos exigidos no presente Edital poderão ser extraídos através dos sites dos Órgãos Competentes (Internet), estando sujeitos a comprovação e confirmação, salvo disposição em contrário.

3.12 Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Secretaria Requisitante, conforme inciso V, Parágrafo Único do art. 79, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. LEGISLAÇÃO

4.1 Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste Credenciamento pessoas jurídicas/físicas, mediante critérios que atendam todas as exigências deste Edital e seus Anexos;

5.2 A participação de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderá ser permitida, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente;

5.3 Não será admitida neste Credenciamento a participação de pessoas jurídicas nas seguintes situações:

5.3.1 Com falência ou insolvência, judicialmente decretadas, em dissolução ou em liquidação;

5.3.2 Que estejam suspensas de contratar com esta Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23104/2025

Ass.: _____ Fls. 3

5.3.3 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

5.3.4 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

6.1 Os interessados deverão apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, nos termos do Anexo II deste edital;

6.2 Deverão ser apresentados ainda, junto à documentação de habilitação, os documentos constantes nos Anexos II e III deste edital.

7. LOCAL E PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1 A documentação deverá ser entregue, durante a vigência do presente credenciamento, na Comissão Permanente de Licitação, na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087 - Araruama/RJ, das 09 às 18 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Araruama ou Nacionais, ou através do seguinte email: licitacao@araruama.rj.gov.br;

7.2 Este credenciamento estará vigente a contar da sua publicação até o dia 13 de maio de 2026 ou até disposição da autoridade competente em sentido contrário, ficando disponível ao público, no Portal de Transparência do município de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, nos termos do disposto no artigo 79, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.3 Na hipótese de encerramento do Credenciamento, antes da data prevista no subitem acima, a Secretaria Requisitante publicará esta decisão no Diário Oficial do Município, bem como no sítio oficial da Prefeitura.

7.4 Enquanto estiver vigente o Edital fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

8. DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

8.1 Os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

8.1.1 Na hipótese de apresentação da documentação de forma presencial, esta deverá ser apresentada em envelopes lacrados, no Setor de Licitação da Prefeitura de Municipal de Araruama, das 09 às 18 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Araruama ou Nacionais, com os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

AO MUNICÍPIO DE ARARUAMA-RJ

CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026

RAZÃO SOCIAL DO PARTICIPANTE

CNPJ Nº /



ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

AO MUNICÍPIO DE ARARUAMA-RJ

CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026

RAZÃO SOCIAL DO PARTICIPANTE

CNPJ Nº _____/_____

8.1.2 Caso a documentação seja enviada por correio eletrônico, esta deverá ser identificada (Credenciamento XXX/2026), preferencialmente, em dois arquivos compactados.

8.2 DA HABILITAÇÃO

8.2.1 As condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigidas para a participação no presente certame encontram-se detalhadamente estabelecidas no Termo de Referência, o qual constitui parte integrante e indissociável deste Edital, para todos os efeitos legais.

8.2.2 Os licitantes deverão observar integralmente as exigências de habilitação previstas no Termo de Referência, responsabilizando-se pela apresentação tempestiva e adequada da documentação exigida, sendo certo que o descumprimento, ainda que parcial, das condições ali estabelecidas implicará a inabilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento convocatório.

8.2.3 Eventuais alegações de desconhecimento das exigências constantes do Termo de Referência não serão admitidas, tendo em vista sua expressa incorporação ao presente Edital, em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia e da segurança jurídica.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços objeto do presente certame deverá observar, de forma integral e rigorosa, as condições, especificações técnicas, prazos, padrões de desempenho, critérios de qualidade, procedimentos operacionais e demais exigências expressamente estabelecidos no Termo de Referência, o qual integra o presente Edital como parte indissociável, para todos os fins de direito.

9.2 A contratada será integralmente responsável pela correta, contínua e eficiente execução dos serviços, em estrita conformidade com o Termo de Referência, com a proposta apresentada e com a legislação aplicável, assumindo todos os riscos inerentes à execução contratual, sem prejuízo das obrigações legais, regulamentares e contratuais.

9.3 O descumprimento, ainda que parcial, das condições previstas no Termo de Referência, bem como das orientações técnicas e administrativas emanadas da Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no Edital, no Termo de Referência, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

9.4 Não serão admitidas alegações de desconhecimento das condições de execução constantes do Termo de Referência, tendo em vista sua expressa incorporação ao presente Edital, em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da eficiência, da segurança jurídica e do interesse público.

10. DA SELEÇÃO DOS INSCRITOS

10.1 A avaliação, fiscalização e seleção dos inscritos, será criada uma comissão composta por XX (XXXX) integrantes, servidores públicos municipais, estabelecidos através de Portaria XXX/2026;

10.2 O resultado do credenciamento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas -



PNCP, publicado no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência da Prefeitura.

11. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1 Será facultada a interposição de recurso pelas participantes do presente Credenciamento, no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de publicação do julgamento.

11.2 Interposto o recurso, será comunicado aos demais participantes que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis.

11.3 Os recursos e contrarrazões poderão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087 – Araruama/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Araruama ou Nacionais, endereçada à Comissão Permanente de Licitação ou através do seguinte email: licitacao@araruama.rj.gov.br;

11.4 Caso não reconsiderada a decisão, os recursos serão encaminhados à Autoridade Superior, nos termos do art. 165, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. DO PAGAMENTO

12.1 As condições de pagamento aplicáveis à presente contratação estão integralmente descritas no Termo de Referência, documento que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13. DO CONTRATO

13.1 As informações referentes à elaboração, formalização e gestão do Contrato encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021

13.2 O Termo de Referência detalha as condições de vigência, prorrogação, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados ao Contrato decorrente deste certame.

14. DO DESCRENCIAMENTO

14.1 Será descredenciado, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, o contratado que:

14.1.1 ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;

14.1.2 fraudar a execução do contrato;

14.1.3 apresentar documentação falsa.

14.2 Configurar-se-á o retardamento da execução quando o contratado:

14.2.1 deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato;



14.2.2 deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato.

14.3 O credenciamento do prestador deverá respeitar o contraditório e a ampla defesa.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das responsabilidades resultantes da Lei Federal nº 14.133/2021, constituem obrigações e responsabilidades das futuras contratadas:

15.1 As obrigações e responsabilidades da contratada encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

16.1 As obrigações e responsabilidades da contratante encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A gestão do contrato decorrente deste termo caberá ao servidor designado no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

18.2 A fiscalização do serviço decorrente deste termo caberá ao servidor designado no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

19.1 O Município de Araruama reserva-se o direito de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (Supremo Tribunal Federal – STF, Súmula nº 473).

19.2 A Secretaria Requisitante, na forma da Lei nº 14.133/2021, reserva-se a prerrogativa de fiscalizar a sua execução.

19.3 Fica reservada à Secretaria Requisitante, a faculdade de prorrogar, revogar ou anular o presente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23104/2025

Ass.: _____ Fls. 7

Credenciamento, de acordo com seus interesses.

19.4 Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Araruama, excluído qualquer outro.

19.5 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.5.1 ANEXO I – Termo de Referência;

19.5.2 ANEXO II – Formulário de Inscrição;

19.5.3 ANEXO III – Modelo de Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

19.5.4 ANEXO IV – Modelo de Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

19.5.5 ANEXO V – Minuta Contratual.

Araruama, 29 de abril de 2026.

VALERIA CRISTINA TAVARES DO AMARAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de consultas, exames e procedimentos oftalmológicos, destinados ao atendimento dos alunos da rede pública municipal de ensino do município de Araruama, conforme condições, especificações e demais exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 A contratação possui natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3 O credenciamento ficará aberto pelo período de 10 (dez) dias úteis.

1.4 Os serviços a serem credenciados estão descritos na tabela constante deste Termo de Referência, contendo a identificação dos procedimentos, especificações, unidades de medida, quantitativos estimados e respectivos valores referenciais, adotando-se, para fins de parametrização dos procedimentos, os códigos da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde – SIGTAP/SUS, quando aplicável.

1.5 Para fins de estruturação da tabela de itens, foi adotada a quantidade unitária (01) para cada procedimento listado, considerando que, no modelo de credenciamento, não é possível estimar previamente o quantitativo total de atendimentos a serem realizados durante a vigência da contratação, uma vez que a demanda dependerá da efetiva necessidade identificada nos alunos da rede municipal de ensino.

1.5.1 Dessa forma, os quantitativos indicados possuem caráter meramente referencial para fins de estruturação do objeto e estimativa de valor, sendo a remuneração das credenciadas realizada exclusivamente com base nos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização da Administração.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UND | QTD | REF. SUS | VALOR TOTAL |
|------|--|-----|--------|-----------|----------------|
| 1 | Consulta Médica em Atenção Especializada | SRV | 19.020 | R\$ 10,00 | R\$ 190.200,00 |
| 2 | Biomicroscopia de Fundo de Olho | SRV | 19.020 | R\$ 12,34 | R\$ 234.706,80 |
| 3 | Ceratometria | SRV | 19.020 | R\$ 3,37 | R\$ 64.097,40 |
| 4 | Teste de Visão de Cores | SRV | 19.020 | R\$ 3,37 | R\$ 64.097,40 |
| 5 | Fundoscopia | SRV | 19.020 | R\$ 3,37 | R\$ 64.097,40 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23104/2025

Ass.: _____ Fls. 9

| | | | | | |
|--------------------|---------------------------------------|-----|--------|-------------------------|----------------|
| 6 | Mapeamento de Retina | SRV | 19.020 | R\$ 24,23 | R\$ 460.854,60 |
| 7 | Curva Diária de Pressão Ocular (CDPO) | SRV | 19.020 | R\$ 10,11 | R\$ 192.292,20 |
| 8 | Potencial de Acuidade Visual | SRV | 19.020 | R\$ 3,37 | R\$ 64.097,40 |
| VALOR TOTAL | | | | R\$ 1.334.443,20 | |

Ressalta-se que o quantitativo adotado para cada item possui caráter meramente estimativo, tendo em vista a impossibilidade de previsão exata da demanda, por se tratar de exames cuja realização está condicionada às necessidades dos usuários ao longo da execução contratual.

O quantitativo adotado teve como base o número de alunos matriculados nos anos de Pré I e II, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme levantamento realizado pelo Departamento de Estatística da Secretaria de Educação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir o acesso dos alunos da rede pública municipal de ensino de Araruama/RJ a serviços especializados de avaliação oftalmológica, incluindo consultas médicas e exames diagnósticos, com o objetivo de identificar precocemente alterações visuais que possam comprometer o processo de aprendizagem e o desenvolvimento educacional dos estudantes.

2.2 A saúde ocular possui relação direta com o desempenho escolar, uma vez que dificuldades visuais não diagnosticadas podem impactar significativamente a leitura, a escrita, a concentração e o desenvolvimento cognitivo dos alunos, podendo inclusive contribuir para situações de baixo rendimento e evasão escolar.

2.3 Nesse contexto, a implementação de ações voltadas à triagem visual e à realização de consultas e exames oftalmológicos especializados constitui medida de relevante interesse público, ao promover a integração entre as políticas públicas de educação e saúde, contribuindo para a melhoria das condições de aprendizagem e para a promoção da inclusão educacional.

2.4 Os quantitativos estimados para o atendimento foram definidos com base no número de alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, considerando os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, que indicam um universo aproximado de 19.020 estudantes, distribuídos entre as etapas da Educação Infantil (Pré I e Pré II), Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

2.5 Considerando a natureza do objeto e a impossibilidade de prever previamente quantos alunos necessitarão de atendimento oftalmológico especializado, a estimativa de quantitativos foi estruturada de forma referencial, tomando como base o total de estudantes potencialmente atendidos, sendo os pagamentos realizados exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados.

2.6 A escolha do credenciamento de pessoas jurídicas especializadas como forma de contratação mostra-se a solução mais adequada para o atendimento da demanda, uma vez que permite ampliar a rede de prestadores habilitados, garantir maior capilaridade no atendimento e possibilitar a execução dos serviços conforme a demanda efetivamente identificada pela Administração.



2.7 A fundamentação detalhada da necessidade da contratação, bem como a análise das alternativas disponíveis e a justificativa técnica da solução adotada, encontram-se devidamente demonstradas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado na fase de planejamento da contratação, ao qual este Termo de Referência se vincula para todos os fins.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 A presente contratação será realizada por meio de Chamamento Público para Credenciamento de pessoas jurídicas, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 O credenciamento é o procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública convoca interessados para que, preenchidos os requisitos previamente estabelecidos no instrumento convocatório, sejam habilitados a prestar determinados serviços, sendo contratados conforme a demanda da Administração.

3.3 Considerando as características do objeto, não se aplica modalidade licitatória com disputa competitiva, uma vez que o procedimento de credenciamento possibilita a contratação de todos os interessados que atendam às exigências estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

3.4 Em razão da natureza do credenciamento, não há adoção de critério de julgamento ou modo de disputa, visto que não há seleção da proposta mais vantajosa por competição entre os interessados, sendo os prestadores habilitados contratados conforme a necessidade da Administração.

3.5 A adoção do credenciamento mostra-se adequada ao objeto da contratação, tendo em vista que:

- os serviços possuem valores previamente definidos com base em parâmetros oficiais, adotando-se como referência a Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde – SIGTAP/SUS;
- a demanda pelos serviços é variável e dependente da identificação de necessidades oftalmológicas entre os alunos da rede municipal de ensino;
- a contratação de múltiplos prestadores permite ampliar a capacidade de atendimento, reduzir filas e garantir maior capilaridade na prestação dos serviços.

3.6 Dessa forma, o procedimento de credenciamento apresenta-se como o instrumento mais adequado para assegurar a continuidade e a eficiência da prestação dos serviços oftalmológicos destinados aos alunos da rede pública municipal de ensino, observando os princípios da eficiência, economicidade, isonomia e transparência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

4.1 Não se aplica ao presente objeto, tendo em vista que a contratação refere-se à prestação de serviços especializados em consultas, exames e procedimentos oftalmológicos, não envolvendo aquisição, desenvolvimento, manutenção ou implantação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

5. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TIC

5.1 Não se aplica ao presente objeto, considerando que a contratação refere-se à prestação de serviços especializados em consultas, exames e procedimentos oftalmológicos, não envolvendo o desenvolvimento, aquisição, manutenção ou implementação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO



6.1 Considerando a natureza dos serviços objeto da presente contratação, optou-se pelo parcelamento do objeto por procedimentos oftalmológicos, possibilitando que os interessados possam se credenciar para a execução de um ou mais serviços, conforme sua capacidade técnica e operacional.

6.2 Os serviços previstos, tais como consultas e exames oftalmológicos especializados, possuem autonomia técnica e operacional, podendo ser executados de forma independente, sem prejuízo da qualidade da prestação do serviço ou da continuidade do atendimento aos usuários.

6.3 O parcelamento adotado contribui para a ampliação da competitividade, permitindo a participação de um maior número de prestadores especializados, inclusive aqueles que não dispõem de estrutura para realizar a totalidade dos procedimentos previstos, mas que possuem capacidade técnica para executar parte dos serviços.

6.4 Além disso, o modelo de credenciamento permite que diferentes prestadores sejam habilitados para atender à demanda conforme a necessidade da Administração, favorecendo a flexibilidade na execução, a ampliação da oferta de serviços e a redução de eventuais filas de atendimento.

6.5 Dessa forma, o parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente adequado, estando alinhado às características do serviço e às diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que fundamenta a presente contratação.

6.6 Por fim, será adotado o sistema de credenciamento por item, possibilitando a adesão dos interessados de forma individualizada, conforme sua capacidade técnica e operacional.

7. DO CONSÓRCIO

7.1 Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio no presente procedimento de credenciamento.

7.2 A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão da natureza e da baixa complexidade do objeto, que consiste na prestação de serviços especializados de consultas e exames oftalmológicos, amplamente disponíveis no mercado e que podem ser executados individualmente por empresas ou clínicas especializadas.

7.3 Ademais, a admissão de consórcios poderia dificultar a gestão e a fiscalização contratual, especialmente no modelo de credenciamento, no qual os prestadores são acionados conforme a demanda da Administração, sendo recomendável a definição de responsabilidade técnica e administrativa única pela execução dos serviços.

7.4 Ressalta-se, ainda, que a vedação à participação de consórcios não compromete a competitividade do procedimento, uma vez que o modelo de credenciamento possibilita a habilitação de todos os interessados que atendam às exigências estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A solução definida para o atendimento da necessidade administrativa consiste no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços oftalmológicos, contemplando a realização de consultas médicas e exames diagnósticos destinados aos alunos da rede pública municipal de ensino de Araruama.

8.2 A contratação será realizada por meio de Chamamento Público para Credenciamento, permitindo que todos os prestadores que atendam aos requisitos técnicos e legais estabelecidos no edital e neste Termo de Referência sejam habilitados para a execução dos serviços, conforme a demanda da Administração.

8.3 A solução compreende a execução integrada das seguintes etapas:



- Triagem visual inicial, a ser realizada com o objetivo de identificar possíveis alterações na acuidade visual dos alunos da rede municipal de ensino;
- Encaminhamento para consulta oftalmológica especializada, nos casos em que a triagem identificar necessidade de avaliação médica;
- Realização de exames oftalmológicos complementares, quando clinicamente indicados, conforme os procedimentos descritos neste Termo de Referência e referenciados na Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde – SIGTAP/SUS;
- Emissão de laudo médico individualizado, contendo diagnóstico, orientações clínicas e, quando necessário, prescrição de correção visual;
- Encaminhamento dos casos que demandem acompanhamento ou tratamento especializado para a rede municipal de saúde, especialmente para o Hospital Municipal dos Olhos, localizado no distrito de São Vicente – Araruama/RJ.

8.4 Os serviços deverão ser prestados por profissionais devidamente habilitados, com registro ativo no respectivo conselho de classe, utilizando equipamentos e materiais adequados à realização dos procedimentos oftalmológicos, em conformidade com as normas sanitárias vigentes e com os padrões técnicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

8.5 A remuneração das credenciadas ocorrerá exclusivamente com base nos serviços efetivamente executados, conforme os procedimentos realizados e devidamente atestados pela fiscalização da Administração, observados os valores de referência definidos com base na Tabela SIGTAP/SUS.

8.6 A solução adotada possibilita maior flexibilidade na prestação dos serviços, ampliação da rede de atendimento e maior capacidade de resposta à demanda identificada entre os alunos da rede pública municipal de ensino, contribuindo para a melhoria das condições de aprendizagem e para a promoção da saúde ocular no ambiente escolar.

9. DA EXECUÇÃO

9.1 A execução do objeto ocorrerá mediante a prestação de serviços especializados de consultas e exames oftalmológicos destinados aos alunos da rede pública municipal de ensino, conforme a demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação.

9.2 O início da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente, considerando a natureza do procedimento de credenciamento e a necessidade de organização operacional dos prestadores habilitados.

9.3 Os serviços poderão ser realizados nas unidades escolares da rede municipal de ensino ou em locais previamente definidos pela Administração, observadas as condições técnicas necessárias para a adequada realização dos atendimentos.

9.4 A execução dos serviços compreenderá, de forma integrada, as seguintes etapas:

- realização de **triagem visual inicial**, destinada à identificação de possíveis alterações na acuidade visual dos alunos;
- **encaminhamento para consulta oftalmológica especializada**, quando identificada a necessidade de avaliação médica;
- **realização de exames oftalmológicos complementares**, quando indicados pelo profissional responsável, conforme os procedimentos previstos neste Termo de Referência;



- **emissão de laudo médico individualizado**, contendo diagnóstico e eventuais recomendações clínicas;
- **encaminhamento dos casos que necessitem de acompanhamento ou tratamento especializado** para a rede municipal de saúde, especialmente para o Hospital Municipal dos Olhos.

9.5 A contratada deverá disponibilizar todos os **equipamentos, materiais, insumos e instrumentos necessários à realização dos procedimentos oftalmológicos**, observando as normas sanitárias e técnicas aplicáveis à prestação de serviços de saúde.

9.6 Ao final da execução dos atendimentos, a contratada deverá apresentar **relatório consolidado dos serviços realizados**, contendo, no mínimo, a identificação dos alunos atendidos, os procedimentos realizados e os respectivos diagnósticos emitidos, de forma a possibilitar o controle e a verificação dos serviços prestados.

9.7 O recebimento dos serviços será realizado pela fiscalização designada pela Administração, mediante verificação da conformidade dos procedimentos executados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.8 O **recebimento provisório** ocorrerá após a realização dos serviços e apresentação da documentação comprobatória correspondente, para fins de verificação da execução.

9.9 O **recebimento definitivo** ocorrerá após a análise e confirmação da regularidade dos serviços executados pela fiscalização do contrato, mediante ateste da execução.

10. DA GARANTIA

10.1 Considerando a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços especializados de consultas e exames oftalmológicos, não se aplica garantia contratual nos moldes usualmente exigidos para fornecimento de bens ou soluções tecnológicas.

10.2 Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, observando-se as normas técnicas, sanitárias e éticas aplicáveis à área da saúde, sendo a contratada integralmente responsável pela qualidade e regularidade dos atendimentos realizados.

10.3 Eventuais inconsistências, falhas na execução dos procedimentos ou inconformidades identificadas pela fiscalização deverão ser sanadas pela contratada, sem ônus para a Administração, sempre que caracterizada a inadequação do serviço prestado.

11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

11.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no número de alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

11.2 De acordo com o levantamento realizado pela Divisão de Estatística da Secretaria Municipal de Educação, a rede municipal de ensino possui aproximadamente 19.020 alunos, distribuídos entre as seguintes etapas de ensino:

| Segmento | Quantidade de Alunos |
|----------|----------------------|
| Pré I | 1.298 |
| Pré II | 1.492 |



| | |
|------------------------------------|---------------|
| Ensino Fundamental I | 8.830 |
| Ensino Fundamental II | 6.568 |
| Educação de Jovens e Adultos – EJA | 832 |
| Total | 19.020 |

11.3 Considerando que a contratação tem por finalidade a realização de consultas e exames oftalmológicos especializados, não é possível estimar previamente o quantitativo exato de procedimentos que serão necessários durante a vigência da contratação, uma vez que os atendimentos dependerão da identificação de alterações visuais nos alunos da rede municipal de ensino.

11.4 Dessa forma, para fins de estruturação do objeto e definição da tabela de procedimentos, foi adotada quantidade unitária (01) para cada item, considerando que os serviços serão executados conforme a demanda efetivamente identificada pela Administração.

11.5 A remuneração das credenciadas ocorrerá exclusivamente com base nos serviços efetivamente prestados, observados os procedimentos realizados e devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

11.6 A metodologia adotada permite à Administração dimensionar a potencial demanda de atendimento, sem prejuízo da flexibilidade necessária à execução do objeto, evitando superestimativas e assegurando maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

12. ESTIMATIVA DE VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS

12.1 A estimativa dos valores unitários dos serviços objeto da presente contratação foi realizada com base na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde – SIGTAP/SUS, adotada como parâmetro de referência para definição dos preços a serem praticados no credenciamento.

12.2 A adoção da Tabela SIGTAP/SUS justifica-se por se tratar de referência oficial amplamente utilizada na Administração Pública para remuneração de procedimentos médicos especializados, garantindo maior padronização, transparência e compatibilidade com os valores praticados no setor público.

12.3 Os valores unitários estimados para cada procedimento encontram-se apresentados na tabela constante no Item I Termo de Referência, constituindo o valor máximo a ser pago por procedimento realizado, observada a efetiva execução e o ateste pela fiscalização do contrato.

12.4 Considerando a natureza da contratação, realizada por meio de credenciamento de prestadores de serviços, não é possível estimar previamente o valor global exato da contratação, uma vez que os pagamentos dependerão da quantidade de atendimentos efetivamente realizados durante a vigência contratual.

12.5 Dessa forma, o valor global estimado possui caráter meramente referencial, sendo os pagamentos realizados exclusivamente com base nos serviços efetivamente executados.

12.6 As memórias de cálculo, bem como os documentos que fundamentam a estimativa dos valores unitários adotados, encontram-se juntados aos autos do processo administrativo que instrui a presente contratação.

12.7 Para a presente contratação não será adotado orçamento sigiloso, tendo em vista que os valores unitários dos procedimentos serão previamente definidos pela Administração com base em parâmetros oficiais, garantindo transparência e isonomia entre os interessados no credenciamento.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Educação, conforme as seguintes dotações orçamentárias:

- Programa de Trabalho: 16.01.001.12.361.0012.2058
- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00
- Ficha: 1500
- Programa de Trabalho: 16.01.001.12.365.0012.2058
- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00
- Ficha: 1500

13.2 Os recursos são destinados à execução de ações voltadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação relacionadas à realização de consultas e exames oftalmológicos especializados para alunos da rede pública municipal de ensino.

14. RESERVA DE COTA E EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

14.1 A presente contratação será realizada por meio de Chamamento Público para Credenciamento, procedimento no qual todos os interessados que atenderem aos requisitos estabelecidos no edital e neste Termo de Referência poderão ser habilitados para a prestação dos serviços.

14.2 Em razão das características do procedimento de credenciamento, não se aplica a reserva de cota ou a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, previstas na Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que não há competição entre os interessados ou adjudicação de itens a um único fornecedor.

14.3 Ressalta-se que o modelo de credenciamento, por sua própria natureza, assegura ampla participação de interessados, inclusive de microempresas e empresas de pequeno porte, que poderão se habilitar para a prestação dos serviços desde que atendam às exigências técnicas e legais estabelecidas no instrumento convocatório.

15. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

15.1 Os interessados em participar do procedimento de credenciamento deverão apresentar proposta formal manifestando interesse na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, em conformidade com as condições estabelecidas no edital de chamamento público.

15.2 A proposta deverá contemplar a indicação dos procedimentos para os quais o interessado pretende se credenciar, observadas as especificações técnicas e os valores referenciais definidos pela Administração.

15.3 Os valores dos procedimentos serão aqueles previamente definidos pela Administração com base em parâmetros oficiais, especialmente na Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde – SIGTAP/SUS, não sendo admitida a apresentação de valores superiores aos estabelecidos.

15.4 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado mediante concordância do interessado.

15.5 A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas no edital de chamamento público e neste Termo de Referência, bem como o compromisso de execução dos serviços nas condições técnicas, operacionais e financeiras nele previstas.

16. AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E PROVA DE CONCEITO

16.1 Não se aplica ao presente objeto, tendo em vista que a contratação refere-se à prestação de serviços



especializados de consultas e exames oftalmológicos, cuja comprovação da capacidade técnica e da conformidade com as especificações será realizada por meio da documentação de habilitação técnica e sanitária exigida no edital e neste Termo de Referência, não sendo necessária a apresentação de amostras, exame de conformidade ou prova de conceito.

17. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

17.1 Para fins de habilitação no procedimento de credenciamento, os interessados deverão comprovar sua qualificação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, conforme exigências estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

17.2 Qualificação Jurídica

17.2.1 A qualificação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- registro comercial, no caso de empresa individual;
- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.3 Qualificação Técnica

17.3.1 A comprovação da qualificação técnica deverá demonstrar que o interessado possui condições técnicas e operacionais para a adequada execução dos serviços oftalmológicos especializados, mediante apresentação, quando aplicável, dos seguintes documentos:

- Licença Sanitária Municipal ou Estadual, conforme a competência do órgão fiscalizador;
- Registro do estabelecimento de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;
- comprovação de registro e regularidade do responsável técnico junto ao respectivo conselho profissional competente;
- comprovação de regularidade da empresa e do responsável técnico junto ao respectivo conselho de classe compatível com o objeto da contratação;
- declaração indicando o aparelhamento, equipamentos e recursos técnicos disponíveis para a realização dos procedimentos oftalmológicos, observadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- declaração indicando os profissionais que atuarão na execução dos serviços, acompanhada dos respectivos registros nos conselhos profissionais competentes;
- atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

17.4 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

17.4.1 Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados, no mínimo, os seguintes documentos:



- prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.5 Qualificação econômico-financeira

17.5.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

17.5.1.1 A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de ARARUAMA.

17.6 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

17.7 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira), acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados: Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

17.8 Vistoria Técnica

17.8.1 Não será exigida vistoria técnica prévia para participação no procedimento de credenciamento, tendo em vista que as condições de execução dos serviços encontram-se suficientemente descritas neste Termo de Referência e no edital.

18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

18.1 A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários à adequada prestação dos serviços oftalmológicos, conforme estabelecido neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

18.2 Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, com registro ativo no respectivo conselho de classe, observadas as normas técnicas, éticas e sanitárias aplicáveis à área da saúde.



18.3 A contratada deverá disponibilizar, sob sua inteira responsabilidade, todos os equipamentos, materiais, insumos, instrumentais e recursos humanos necessários à execução dos serviços, em conformidade com os procedimentos previstos na Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde – SIGTAP/SUS.

18.4 A execução dos serviços deverá observar as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pelos órgãos de vigilância sanitária competentes nas esferas federal, estadual e municipal.

18.5 Os serviços deverão ser prestados de forma adequada, contínua e eficiente, observando os padrões de qualidade exigidos, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

18.6 A contratada deverá assegurar condições de biossegurança, higiene e controle sanitário, inclusive quanto ao descarte adequado de resíduos decorrentes dos procedimentos realizados.

18.7 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de credenciamento.

18.8 A execução dos serviços dependerá de ordem de serviço ou instrumento equivalente, emitido pela Administração, conforme a demanda identificada.

18.9 Não se aplica procedimento de transição contratual, considerando que o modelo de contratação por credenciamento permite a habilitação de múltiplos prestadores, garantindo a continuidade da prestação dos serviços independentemente da substituição de qualquer contratado.

19. DO CONTRATO

19.1 Após a habilitação no procedimento de credenciamento, os prestadores poderão ser convocados para formalização do instrumento contratual, conforme a necessidade da Administração.

19.2 O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação formal da Administração, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do interessado e a critério da Administração.

19.3 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da autorização para início da execução dos serviços, podendo ser prorrogada, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições que justificaram a contratação e haja interesse da Administração.

19.4 Considerando a natureza da contratação, realizada por meio de credenciamento com valores definidos com base em parâmetros oficiais (Tabela SIGTAP/SUS), não será aplicado reajuste de preços durante a vigência contratual.

19.5 A eventual atualização dos valores poderá ocorrer exclusivamente em caso de alteração da tabela oficial de referência adotada pela Administração, hipótese em que os novos valores poderão ser aplicados, mediante formalização de termo aditivo ou instrumento equivalente.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1 Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.

20.2 A não exigência de garantia justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços por meio de credenciamento, com remuneração vinculada exclusivamente aos serviços efetivamente executados, não havendo obrigação de execução continuada ou volume mínimo garantido.



20.3 Ademais, a exigência de garantia contratual poderia restringir a participação de interessados, especialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, sem trazer benefícios proporcionais à mitigação de riscos para a Administração.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1 Encaminhar à contratada as demandas de atendimentos oftalmológicos, conforme a necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Educação, observados os fluxos e critérios definidos neste Termo de Referência.

21.2 Disponibilizar as informações necessárias à adequada execução dos serviços, especialmente quanto à identificação dos alunos, organização das unidades escolares e agendamento dos atendimentos.

21.3 Proporcionar, quando aplicável, as condições administrativas e operacionais necessárias à realização dos atendimentos nas unidades escolares ou nos locais previamente definidos pela Administração.

21.4 Designar servidor ou comissão responsável pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

21.5 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando a conformidade dos procedimentos realizados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

21.6 Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências necessárias.

21.7 Atestar as notas fiscais ou documentos equivalentes referentes aos serviços efetivamente prestados, após a devida verificação.

21.8 Efetuar o pagamento à contratada nos prazos e condições estabelecidos, desde que cumpridas as exigências contratuais.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1 Executar os serviços objeto deste Termo de Referência de forma adequada, contínua e eficiente, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento e com as demandas encaminhadas pela Administração.

22.2 Prestar os serviços por meio de profissionais legalmente habilitados, com registro ativo no respectivo conselho de classe, observadas as normas técnicas, éticas e profissionais aplicáveis à área oftalmológica.

22.3 Disponibilizar, sob sua inteira responsabilidade, todos os equipamentos, materiais, insumos, instrumentais e recursos humanos necessários à realização das consultas e exames oftalmológicos.

22.4 Garantir que os serviços sejam executados em conformidade com as normas do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e dos demais órgãos de vigilância sanitária competentes.

22.5 Assegurar condições adequadas de biossegurança, higiene e controle sanitário, inclusive quanto ao correto descarte de resíduos provenientes dos procedimentos realizados.

22.6 Realizar os atendimentos conforme os fluxos definidos pela Administração, incluindo triagem, consultas, exames e demais procedimentos previstos neste Termo de Referência.

22.7 Emitir laudos médicos individualizados, devidamente assinados pelo profissional responsável, contendo diagnóstico e orientações clínicas, quando aplicável.



22.8 Encaminhar, quando necessário, os pacientes para acompanhamento na rede municipal de saúde, conforme diretrizes estabelecidas pela Administração.

22.9 Apresentar, ao final da execução dos serviços ou em periodicidade definida pela fiscalização, relatório detalhado dos atendimentos realizados, contendo, no mínimo, a identificação dos usuários atendidos, os procedimentos realizados e os respectivos resultados.

22.10 Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de credenciamento.

22.11 Atender prontamente às solicitações e determinações da fiscalização, adotando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades ou inconformidades eventualmente identificadas.

22.12 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados, respondendo por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto.

22.13 Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução dos serviços.

22.14 Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo entre seus profissionais e a Administração Pública.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto da presente contratação.

23.2 A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza dos serviços a serem prestados, que envolvem atividades médicas especializadas, exigindo responsabilidade técnica direta do prestador credenciado, bem como a garantia de qualidade, segurança e rastreabilidade dos atendimentos realizados.

23.3 A execução direta dos serviços pela contratada é essencial para assegurar a responsabilidade integral pela prestação dos serviços, especialmente quanto à emissão de laudos médicos, à condução dos procedimentos oftalmológicos e ao cumprimento das normas sanitárias e éticas aplicáveis.

23.4 Ademais, a subcontratação poderia comprometer a gestão e a fiscalização contratual, dificultando a verificação da regularidade dos atendimentos, da qualificação dos profissionais envolvidos e da conformidade dos serviços prestados com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

24. DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

24.1 Não se aplica ao presente objeto a geração de direitos autorais ou de propriedade intelectual, tendo em vista que a contratação refere-se à prestação de serviços especializados de consultas e exames oftalmológicos.

24.2 A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas aos dados pessoais e de saúde dos alunos atendidos.

24.3 O tratamento de dados deverá observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), cabendo à contratada adotar as medidas necessárias para garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações.

25. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



25.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidores designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observadas as orientações constantes no Guia de Gestão e Fiscalização de Contratos do Município.

25.2 Caberá ao gestor do contrato acompanhar a execução global da contratação, adotando as medidas necessárias à regular execução do objeto, bem como promover a interlocução com a contratada e com as áreas envolvidas.

25.3 A fiscalização do contrato será responsável por verificar a conformidade dos serviços prestados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo registrar as ocorrências relevantes e comunicar ao gestor eventuais irregularidades.

25.4 Constituem pontos críticos de controle da execução contratual:

- verificação da efetiva realização das consultas e exames oftalmológicos, conforme demanda encaminhada;
- conferência dos laudos médicos emitidos e sua conformidade com os procedimentos realizados;
- análise dos relatórios de atendimentos apresentados pela contratada, incluindo quantitativos e identificação dos usuários atendidos;
- compatibilidade entre os serviços executados e os valores faturados;
- observância das normas sanitárias e das condições de biossegurança durante a execução dos serviços.

25.5 O ateste das notas fiscais ou documentos equivalentes ficará condicionado à verificação da regular execução dos serviços e à apresentação da documentação comprobatória correspondente.

25.6 A atuação do gestor e da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto.

26. CRITÉRIOS DE PRAZO E MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

26.1 A medição dos serviços será realizada com base nos procedimentos efetivamente executados, conforme a demanda encaminhada pela Administração e devidamente comprovada por meio de documentação pertinente.

26.2 Para fins de medição, a contratada deverá apresentar relatório detalhado dos atendimentos realizados, contendo, no mínimo:

- identificação dos alunos atendidos;
- descrição dos procedimentos realizados;
- quantitativo de atendimentos por tipo de procedimento;
- laudos médicos emitidos, quando aplicável.

26.3 A fiscalização do contrato realizará a verificação da conformidade dos serviços executados, incluindo a análise dos relatórios apresentados e a compatibilidade entre os procedimentos realizados e os valores faturados.

26.4 O ateste da execução dos serviços ficará condicionado à regularidade da documentação apresentada e à confirmação da efetiva realização dos atendimentos.

26.5 Poderão ser objeto de glosa, total ou parcial, os valores referentes a serviços:



- não comprovadamente executados;
- realizados em desconformidade com este Termo de Referência;
- sem a devida documentação comprobatória;
- em desacordo com os procedimentos autorizados pela Administração.

26.6 O pagamento será efetuado mensalmente, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada pela fiscalização do contrato.

26.7 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do ateste da nota fiscal, observadas as disposições legais aplicáveis.

26.8 O pagamento será realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, observados os valores unitários definidos neste Termo de Referência.

27. DAS SANÇÕES

27.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

27.2 Constituem infrações administrativas, dentre outras:

- executar os serviços em desconformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- deixar de realizar os atendimentos conforme a demanda encaminhada pela Administração;
- apresentar documentação ou informações inconsistentes quanto aos serviços executados;
- descumprir normas técnicas, sanitárias ou éticas aplicáveis à prestação dos serviços;
- causar prejuízo à Administração ou a terceiros em decorrência da execução inadequada do objeto.

27.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

27.4 A multa será aplicada conforme a gravidade da infração, observado o percentual de:

- até 10% (dez por cento) do valor correspondente aos serviços não executados ou executados em desconformidade, nos casos de inexecução parcial;



- até 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação, nos casos de inexecução total.

27.5 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, observado o disposto na legislação aplicável.

27.6 Poderá ser aplicado o descredenciamento do prestador nos casos de descumprimento reiterado das obrigações

28. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO OBJETO

28.1 A realização dos atendimentos oftalmológicos deverá observar a prévia autorização dos responsáveis legais pelos alunos, quando aplicável, especialmente nos casos de consultas e exames especializados.

28.2 A execução dos serviços deverá ser previamente organizada em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, de forma a garantir a adequada programação dos atendimentos nas unidades escolares, evitando prejuízos às atividades pedagógicas.

28.3 A contratada deverá adequar sua atuação às condições estruturais e operacionais dos locais de atendimento definidos pela Administração, garantindo a segurança, acessibilidade e qualidade dos serviços prestados.

28.4 Os serviços deverão ser executados de forma integrada com as diretrizes da rede municipal de saúde, assegurando o adequado encaminhamento dos casos que demandem continuidade de tratamento.

28.5 A contratada deverá observar, no que couber, as normas e diretrizes aplicáveis às políticas públicas de saúde e educação, de modo a contribuir para a efetividade das ações voltadas à saúde ocular dos alunos da rede pública municipal.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 O presente Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação e deverá orientar a elaboração do edital de chamamento público, dos instrumentos contratuais e demais documentos necessários à formalização do credenciamento.

29.2 Este Termo de Referência deverá ser interpretado em conjunto com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Riscos e demais documentos que instruem o processo administrativo, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições mais específicas e atualizadas constantes dos instrumentos convocatórios e contratuais.

29.3 A participação no procedimento de credenciamento implica a plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, bem como o compromisso de execução dos serviços conforme as exigências técnicas, operacionais e legais aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23104/2025

Ass.: _____ Fls. 24

29.4 A execução do objeto deverá observar integralmente a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, as normas sanitárias aplicáveis aos serviços de saúde, bem como as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle e fiscalização competentes.

29.5 Eventuais ajustes de natureza formal, técnica ou administrativa poderão ser realizados durante a execução contratual, desde que não alterem a essência do objeto nem prejudiquem o interesse público, observadas as disposições legais aplicáveis.

29.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, dos princípios da Administração Pública e das normas aplicáveis à matéria.

29.7 Fica eleito o foro da Comarca de Araruama/RJ para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução contratual, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Araruama, 02 de abril de 2026

Fabio Leandro da S. Pereira

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Autorizado por:

Melina Antunes da Silva

Superintendente de Fase Preparatória

Valéria Cristina Tavares do Amaral

Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23104/2025

Ass.: _____ Fls. 25

ANEXO II – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

OBSERVAÇÕES:

Araruama - RJ, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do responsável



ANEXO III

MODELO

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE O INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88

Credenciamento nº. XX/2026

[PAPEL TIMBRADO DA OFERTANTE]

A Comissão De contratação

da Prefeitura Municipal de Araruama/RJ

Objeto: Credenciamento de -----, termos e condições estabelecidos neste instrumento.

. (nome da empresa), inscrita no

CNPJ sob N.º -----, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)

-----, portador da Carteira de Identidade RG
n.º

-----, **DECLARA** para os fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

Araruama/RJ, _____ de _____ de xxx.

(Nome, assinatura) REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23104/2025

Ass.: _____ Fls. 27

ANEXO IV

MODELO

DECLARAÇÃO DE ME/EPP/MEI

Credenciamento nº. XX/2026

[PAPEL TIMBRADO DA OFERTANTE]

A Comissão De contratação

da Prefeitura Municipal de Araruama/RJ

Objeto: Credenciamento _____, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos neste instrumento.

..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob N.º
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
....., portador da Carteira de Identidade RG
n.º _____, DECLARA, sob as penas da lei, que a ora declarante está classificada como
Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, perante
aos órgãos competentes, comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de
Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos
termos da lei.

Araruama/RJ, _____ de _____ de xxx.

(Nome, assinatura) REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO Nº/...., DE CONTRATAÇÃO DE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE

..... E

MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado _____, _____, _____, inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, portador da carteira de identidade RG nº _____, residente e domiciliada nesta Cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada por _____ (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº _____, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente Edital nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos do edital.

1.1 Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UND | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|-----|-----|--------------------|-------------|
| 1 | Consulta Médica em Atenção Especializada | SRV | 1 | | |
| 2 | Biomicroscopia de Fundo de Olho | SRV | 1 | | |
| 3 | Ceratometria | SRV | 1 | | |
| 4 | Teste de Visão de Cores | SRV | 1 | | |
| 5 | Fundoscopia | SRV | 1 | | |
| 6 | Mapeamento de Retina | SRV | 1 | | |
| 7 | Curva Diária de Pressão Ocular (CDPO) | SRV | 1 | | |
| 8 | Potencial de Acuidade Visual | SRV | 1 | | |
| | | | | VALOR TOTAL | |

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;



1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato será de XX (XXXX) meses a contar da data da sua assinatura, e poderá ser renovado de acordo com a Lei Federal nº.14.133/2021, será reajustado a cada data-aniversário de acordo com xxxxxxxxxxxx.

2.2 O prazo para a assinatura do contrato será de xx (xxxx) contados da adjudicação do objeto. O não comparecimento para a assinatura do contrato ensejará na aplicação das sanções cabíveis conforme item 20 do Termo de Referência.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma dos fornecimentos tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido realizados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade dos fornecimentos;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor do contratação é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em XX dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no inciso IV, § 2º, Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os critérios de reajustes são aqueles previstos no TR, anexo ao edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - As obrigações da contratante são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. – As obrigações do contratado são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou instrumento equivalente;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato instrumento equivalente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;



d) Multa:

1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (dez) dias;

2. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da



sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.



12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de ____, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do município.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro o município de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23104/2025

Ass.: _____ Fls. 35

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO: xxxx/2025

CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preços para **contratação de empresa especializada** _____. Para tanto informamos que a validade da mesma é de no mínimo, 60 (sessenta) dias, e o prazo de entrega/execução de todo o material/serviço será de acordo com o termo de referência.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UND | QTD | REF. SUS | VALOR TOTAL |
|--------------------|--|-----|--------|-------------------------|----------------|
| 1 | Consulta Médica em Atenção Especializada | SRV | 19.020 | R\$ 10,00 | R\$ 190.200,00 |
| 2 | Biomicroscopia de Fundo de Olho | SRV | 19.020 | R\$ 12,34 | R\$ 234.706,80 |
| 3 | Ceratometria | SRV | 19.020 | R\$ 3,37 | R\$ 64.097,40 |
| 4 | Teste de Visão de Cores | SRV | 19.020 | R\$ 3,37 | R\$ 64.097,40 |
| 5 | Fundoscopia | SRV | 19.020 | R\$ 3,37 | R\$ 64.097,40 |
| 6 | Mapeamento de Retina | SRV | 19.020 | R\$ 24,23 | R\$ 460.854,60 |
| 7 | Curva Diária de Pressão Ocular (CDPO) | SRV | 19.020 | R\$ 10,11 | R\$ 192.292,20 |
| 8 | Potencial de Acuidade Visual | SRV | 19.020 | R\$ 3,37 | R\$ 64.097,40 |
| VALOR TOTAL | | | | R\$ 1.334.443,20 | |

Valor total da proposta é de _____ (_____)

Razão Social:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23104/2025

Ass.: _____ Fls. 36

CNPJ:

E-mail:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:

(Assinatura/Carimbo Representante Legal)